

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 540.630 - SC (2019/0313898-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : WELLINGTON GOMES DE BRAGA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **WELLINGTON GOMES DE BRAGA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Joinville - SC proferiu decisão na qual não reconheceu ao apenado a prática de falta grave, referente ao procedimento administrativo disciplinar n. 024/2019 (e-STJ, fls. 44-46).

Inconformado, o *Parquet* interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que lhe deu provimento (e-STJ, fls. 81-85).

Eis a ementa:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – FALTA GRAVE NÃO RECONHECIDA EM JUÍZO – INSURGÊNCIA MINISTERIAL – SUPOSTA OCORRÊNCIA DE DESOBEDIÊNCIA A SERVIDOR NO INTERIOR DO ERGÁSTULO – PARECER DO CONSELHO PRISIONAL E MANIFESTAÇÃO DO DIRETOR DO PRESÍDIO QUE ENCONTRAM CONSONÂNCIA NO ARCABOUÇO PROBATÓRIO – RECURSO PROVIDO."

Neste *writ*, a impetrante aponta constrangimento ilegal imposto ao apenado, ao argumento de que a perda de 1/6 (um sexto) dos dias remidos foi determinada sem a devida fundamentação, incorrendo em violação dos arts. 127 e 57 da LEP.

Requer a concessão da ordem, "para DECLARAR a ilegalidade da fração de 1/6 referente à perda dos dias remidos para, desde logo, EXCLUIR a sanção de perda dos dias remidos ou, subsidiariamente, ADEQUÁ-LA para patamar inferior a 1/6" (e-STJ, fl. 13).

Liminar indeferida à fl. 91 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 97-120, 124-129 e 132-135 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *habeas corpus*, e, caso conhecido, pela sua denegação (e-STJ, fls. 138-141).

### É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de

# Superior Tribunal de Justiça

flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao recurso ministerial para reconhecer a falta grave cometida pelo apenado, assim consignou em relação à fração de perda dos dias remidos (e-STJ, fl. 85, grifou-se):

"[...]

Nesse contexto, há motivação suficiente para justificar a medida adotada no processo administrativo disciplinar, notadamente em razão da ausência de comprometimento do reeducando para com os deveres inerentes ao ambiente intramuros, demonstrando grande redução no senso de responsabilidade e autodisciplina no âmbito prisional.

E, como consequência lógica do reconhecimento da conduta faltosa, **em face do descumprimento das regras inerentes ao bom convívio intramuros, deve o apenado perder o patamar de 1/6 (um sexto) dos dias remidos até a data da ação tida como indisciplinar (LEP, art. 127)**, modificando-se para o dia da prática da infração administrativa o marco inicial para futuros benefícios penais (Súmula n. 534 do Superior Tribunal de Justiça)."

Acerca do tema, convém anotar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a própria legislação de regência, segundo a qual devem ser observadas as diretrizes elencadas no art. 57 da LEP (a saber: "a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão").

A propósito:

"1. É pacífica a jurisprudência do STF e deste STJ de que o cometimento de falta grave durante a execução da pena poderá ensejar a perda dos dias remidos pelo trabalho, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal. A partir da Lei 12.433, de 29/6/2011, que alterou a redação do art. 127 da Lei de Execução Penal, a revogação dos dias remidos ficou limitada à fração máxima de 1/3 (um terço).

2. Nos termos da orientação desta Corte, a escolha da fração de perda dos dias remidos em razão da prática de falta grave deve ser fundamentada pelo Magistrado, consoante disposição expressa do art. 57 da Lei de Execuções Penais.

[...]."

(AgRg no AREsp 674.125/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 29/6/2015).

"- O art. 127 da Lei n. 7.210/84, com a nova redação dada pela Lei n. 12.433/11, concede ao juízo da execução a discricionariedade para determinar o patamar de perda do tempo remido, observados os parâmetros do art. 57 da LEP (a natureza, os motivos, as

# Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão).

- Na hipótese dos autos, o juízo da execução declarou a perda de 1/3 do tempo remido, mas não apresentou fundamentação, com base nos parâmetros do art. 57 da LEP, que justifique a escolha desse patamar, o que configura patente ilegalidade. Precedentes: HC n. 282.265/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/5/2014; HC n. 299.308/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/10/2014."

(HC 312.977/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 30/6/2015).

Contudo, a decisão do Tribunal *a quo*, em manifesto confronto com a orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, determinou a perda de 1/6 dos dias remidos sem a indicação de fundamento para tanto, razão pela qual verifica-se a flagrante ilegalidade apta a autorizar a concessão da ordem, de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Entretanto, **concedo** a ordem, de ofício, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja estabelecida, de maneira fundamentada, a fração da perda dos dias remidos aplicável ao caso, observado o limite de 1/3 (um terço).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator